

Governamentalidade como Contrainsurreição

GOVERNAMENTALITY AS COUNTERINSURGENCY

*Jonnefer Francisco Barbosa**

RESUMO

O presente texto pretende articular conceitos para pensar a governamentalidade contemporânea como dispositivo contrainsurrecional, com a abordagem das implicações do governo das desigualdades na era da cibernética, a partir de referências da filosofia política contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: governamentalidade; contrainsurreição, cibernética.

ABSTRACT

The present text intends to articulate concepts in order to think contemporary governmentality as a counterinsurrectional apparatus, approaching the inequality government implications in the cybernetic era, with support of contemporary political philosophy.

KEYWORDS: governmentality; counterinsurrection, cybernetics.

* Professor do departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Processos de Lumpenização

O tema “governamentalidade e processos de subjetivação política” exige algumas perguntas prévias sobre as possibilidades de uma definição da política - ou sobre a impossibilidade de uma definição monolítica do que é a política no mundo contemporâneo -, desdobrando-se, quiçá, em quatro problemas relacionados a esta dificuldade conceitual: como pensar os processos de subjetivação na era da cibernética? E a revolta política neste mesmo contexto? O que é um processo de subjetivação política? O que pode, ainda, a política? A primeira questão torna urgente uma pesquisa acerca da lumpenização mundial associada à derrocada da governamentalidade baseada no capital humano: inevitavelmente somos levados a um cenário pós-foucaultiano no momento em que se trata, na lógica governamental do presente, de governar para além do conceito oitocentista de população¹.

Os processos de lumpenização disseminada carregam consigo formas de “contraconduta” que estabelecem outras cartografias para as definições até então consolidadas na filosofia política dos oitocentos e dos novecentos, em particular a dicotomia revolta-revolução. Mas qual o motivo de insistirmos no termo pós-foucaultiano? Em 1978, em recorrente argumento presente em *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault dizia:

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca de mercadorias quanto os

¹ Desenvolvemos melhor tal argumento no texto “Sociedades do Desaparecimento”, que pode ser acessado em https://www.academia.edu/28920376/Sociedades_de_la_desaparici%C3%B3n

mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de mercado – uma sociedade empresarial. O homo oeconomicus que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2008, p. 201).

Tal argumento possuía efetividade analítica no contexto econômico-político de 1978, e continua sendo repetido sem muitas nuances nas colocações recentes de Biung Chul-Han, que assevera que no devir das sociedades disciplinares para sociedades de desempenho - o sujeito do desempenho como um disciplinado em uma intensidade distinta - “é o animal laborans que explora a si mesmo, e quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha”. Ou seja, não mais se trata de uma coação externa, heterônoma, mas um tipo especial de disciplina, a administração de si, sem qualquer exterioridade que lhe seja alheia, *uma micropolítica elevada à macropolítica*.

Porém, o lumpen do séc. XXI é o resíduo – tornado massivo – da impossibilidade de inscrição mundana da askesis do administrador de si. Surge dos desdobramentos posteriores de um mundo regrado pela metafísica do capital humano, como resultado do neoliberalismo enquanto prótese obturativa do comum.

O neoliberalismo como política – ou micropolítica - do cotidiano catastrofizado, organização da distopia ou, nos termos do Subcomandante Marcos do EZLN, “o neoliberalismo como teoria caótica da economia do

caos, a exaltação estúpida da estupidez social, e a catastrófica administração da catástrofe”.

Em suma, diagnosticar a emergência de um modo de produção baseado no capital humano, ou repetir com outros termos e estilo as teses foucaultianas do final da década de 70, como parece ser o procedimento de Chul-Han, não se apresenta tão urgente e efetivo quanto pensar e agir a partir do cenário de desolação deixado por quatro décadas do predomínio e desagregação do modelo de capital humano. Nesse momento, para ser um verdadeiro foucaultiano será preciso esquecer o texto de Foucault.

Resta saber se é possível ler nos termos levante, revolta, insurreição indícios para articular conceitualmente e à contrapelo as inervações políticas do presente, como uma forma de superar o que se convencionou chamar de “crise de representatividade” na política contemporânea, uma crise, em verdade, de todo o paradigma metafísico de democracia representativa gestado a partir da maquinaria contratualista dos séculos XVII e XVIII, que nos movimentos políticos mais recentes expressa-se por uma suposta negação à “formas clássicas” de mediação política, seja à direita, seja à esquerda.

Por outro lado, aceitando que, talvez mais do que em qualquer outro período histórico, o mundo contemporâneo expõe a positividade e intensividade dos conceitos de direita e esquerda, o lumpen do séc. XXI impõe ao pensamento político compreender os novos levantes - suas potências, seus bloqueios e retrocessos, suas configurações - para pensar tanto a emergência recente e os novos avatares da maquinaria nacionalista no

campo da direita (políticas identitárias, recuperação conservadora do conceito de senso comum, politização do medo e do terror), quanto, em uma definição política de esquerda, a possibilidade das insurreições, pensadas agora, porém, diante de cenários de distopias organizadas e despidas de esperanças utópicas, como revoltas de escravos.

Superado o arsenal mitológico do romantismo político, urge pensar, portanto, em sua potência mais própria, os novos espartaquismos. Contra Agamben de *Uso dos Corpos*, não supomos como possível uma ontologia da escravidão. O gesto extemporâneo que o tempo presente nos coloca é responder politicamente e estrategicamente, para muito além de regressos ontológicas que reativam mistificações filosofantes, à seguinte pergunta: quem são os potenciais espartácos de nosso tempo? Não apenas os trabalhadores triplo K (termo de umas das cidade mais fantasmagóricas do mundo, Tóquio, para designar o labor kitsui, kitanai, kike, penoso, sujo e perigoso), mas aqueles, simplesmente, que não formam parte dos 1% de detentores da riqueza mundial.

Em o Capital no Século XXI, o acadêmico Thomas Piketty aponta para o crescimento contínuo da desigualdade de riqueza desde a década de 1970, ou seja, um crescimento exponencial atrelado ao predomínio da concorrência, contrária à tendência dos 60 anos anteriores. O diagnóstico – e basta ser um economista lúcido para expor o problema, sem qualquer semelhança com um militante revolucionário - é que países da Europa e EUA retornarão, em pleno século XXI, a níveis de desigualdade semelhante àquele do fim do século XIX e início do XX (os países escravistas

nem são citados na pesquisa). Ou como comenta Antonio Luiz Costa:

o 1% mais rico (“classes dominantes”, na terminologia de Piketty) detinha metade de toda a riqueza, o décimo superior (“classes superiores”, sendo os não incluídos no primeiro 1% referidos como “classes abastadas”), quase 90%, enquanto o 50% mais pobre (“classes populares” na terminologia do economista) ficava com meros 5%. A nostalgia chama esses tempos de *belle époque*, mas poucos, mesmo nos países mais ricos, puderam usufruir de sua beleza. O ano de 2010 foi também aquele no qual o banco Credit Suisse publicou o seu primeiro Global Wealth Report (Relatório da Riqueza Global). Naquele ano, os 50% mais pobres dos 4,44 bilhões de adultos possuíam pouco menos de 2% dos ativos mundiais estimados em 194,5 trilhões de dólares (COSTA, 2016).

É preciso citar que o fim do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX não foram marcados apenas pela *belle époque*, mas por insurreições e muita violência política. E o 1% e seus muito bem pagos *think tanks* não tem deixado de teorizar a insustentabilidade de uma estrutura social baseada em tamanha disparidade. Deste combustível teórico alimenta-se desde a filosofia sobrevivencialista às narrativas distópicas da ficção pós-apocalíptica, ambas representações muito sintomáticas da cultura de direita contemporânea.

Contra-insurreição cibernética

A cibernética como técnica de governo caracteriza-se pela passagem de um modelo territorial de produção e gestão a uma “rede mundial de dispositivos locais de governo, (...) um aparelho mundial, reticular de contra-insurreição” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p 185). Já que o vínculo

entre cibernética e governo já estava explícito no referencial militar e geopolítico da construção do discurso cibernético na década de 40 (Wiener, Shannon, Bateson, Von Neumann, etc.), estritamente atrelado às questões táticas e estratégicas da segunda guerra mundial e do pós guerra - o próprio termo utilizado foi extraído do imperialismo ateniense, “kybernesis”, ação de conduzir um navio ou, em sentido implícito, ação de governar, - resta problematizar a governamentalidade cibernética como uma técnica que eleva a contrainsurreição como modo habitual de gestão, dado que toma a guerra civil como pressuposto e campo imanente de suas operações.

Como técnica específica, mas também como um paradigma de governo, a cibernética designa uma concepção ofensiva e estratégica de política, aceita como um truísmo entre os teóricos da guerra contemporâneos, como os chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui (*Unrestricted Warfare*, escrito em 1999 por dois generais do Exército de Libertação Popular chinês):

Hoje em dia, quando o campo da guerra ultrapassou os domínios terrestre, marítimo, aéreo, espacial e eletrônico para se estender aos domínios da sociedade, da política, da economia. Da diplomacia, da cultura e mesmo da psicologia, a interação entre os diferentes fatores torna muito difícil a preponderância do domínio militar enquanto domínio dominante em todas as guerras. A ideia de que a guerra possa se desenrolar em domínios não guerreiros é muito estranha à razão e difícil de admitir, mas os acontecimentos mostram cada vez mais que essa é a tendência. Neste sentido, já não existe domínio da vida que não possa servir à guerra, e quase já não existem domínios que não apresentem os aspectos ofensivos da guerra.” (apud COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 181)

É como se vivêssemos em tempos equívocos onde a própria tecnocracia militar se torna deleuziana, articulando máquinas de guerra abstratas que devêm máquinas efetivas. Já não se trata da política como uma continuação da guerra por outros meios, como na inversão irônica de Clausewitz por Foucault, mas de um conceito de guerra que incluiu em si todas as medialidades.

Curioso paralelo ressaltado pelo movimento do Comitê Invisível: concomitante ao abandono ético e pacifista de conceitos atrelados à relação entre guerra e política por parte dos teóricos da esquerda mundial ocorreu, paradoxalmente, o deslocamento notável dos temas militares de defesa para as questões ditas “civis” (o que a realidade brasileira demonstra em toda sua história), ou seja, a estratégia militar contrainssurrecional passa a desenvolver um conceito não estritamente militar de guerra, mas de uma guerra civil.

Obviamente que há uma tradição de esquerda, cada vez mais esquecida pelos movimentos neo-identitários do esquerdismo recente, que consegue pensar de forma mais adequada tais questões: quando Foucault suscita a questão da política como uma continuação da guerra por outros meios, escolhe uma trilha já palmilhada por Marx que, em 1857, escrevia na *Crítica da Economia Política* que a organização da guerra é anterior à da paz, descrevendo como algumas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a maquinaria, etc. são desenvolvidas pela guerra e no interior dos exércitos antes de se desenvolverem na sociedade burguesa. Basta assinalar um importante conceito para designar o lumpen do século

XIX na terminologia marxista: o exército industrial de reserva, termo retirado do vocabulário militar.

Resumirá o Comitê Invisível: a contrainsurreição passou de doutrina militar a princípio de governo. “Nossa época se reduz, em última instância, a essa luta, a essa corrida entre a possibilidade da insurreição e os partidários da contrainsurreição” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 185).

A estratégica governamental, em tempos de distopias organizadas, não passa mais tão-somente pela gestão biopolítica de populações, mas pelo governo contingencial e contrainsurgente dos possíveis, em uma mutação drástica das questões de segurança, típicas das sociedades biopolíticas, para questões de defesa (ou da indústria securitária), não apenas na aparição de novas bugigangas mortíferas, drones, soldados com exoesqueletos robóticos, tecnologias de proteção territorial, treinamento militar para ações urbanas, empresas de segurança militarizada (os novos mercenários), etc., ou pelas operações viabilizadas pela internet, os *signals intelligence* (cibersegurança, criptomonitoramento, tecnologias via satélite e cabos intercontinentais), o georefenciamento e a geolocalização ubíqua e constante.

Trata-se de articular, nos dispositivos contemporâneos de governo, uma compreensão do cidadão-combatente.

Um exemplo sintomático está nas produções da indústria norte americana de entretenimento voltadas às distopias. Os primeiros filmes de zumbi foram esquetes pseudo-etnográficas: Olivier Schefer comenta que Michel Leiris ficou fascinado com *White Zombie* (1932) de Victor

Halpering, uma adaptação cinematográfica de do livro Seabrook sobre o Haiti, de 1929 (SCHEFER, 2008, p. 57). Em George Romero, *Night of the living dead*, de 1968, contemporâneo às lutas raciais do fim da década de 60, as hordas ocupam a tela. O horror do zumbi, segundo o autor francês, não é sua dimensão monstruosa nem o contato com a morte, mas antes sua extrema banalidade, seu caráter de pessoa comum. O zumbi tem uma relação direta com a dimensão imagética dos figurantes no cinema, sendo uma forma cinematográfica em que estes assumem o primeiro plano.

Em *Walking Dead*, uma paródia pós-foucaultiana sobre o neoliberalismo do capital humano, o papel dos figurantes muda radicalmente. A narrativa oscila obsessivamente entre a comunidade fechada em muros que precisa ser treinada em uma logística militar de resiliência e sobrevivencialismo (uma resiliência pós-apocalíptica, a massificação da indústria de sobrevivência também muito sintomática no sucesso de programas como *Naked and Afraid* nos EUA) – ou a horda aterrorizante de puros corpos que deve ser neutralizada ou exterminada: as insurreições zumbis.

Segundo Evan Osnos, repórter da *New Yorker* que analisou a emergência do movimento sobrevivencialista no Vale do Silício, muitos dos atuais sobrevivencialistas compram terras na nova Zelândia ou apartamentos em antigos bunkers antinucleares com segurança armada 24h, alguns com serviços especiais, como pistas de pouso para jatos e helicópteros particulares e camburões blindados de guerra que buscam qualquer proprietário, em caso de crise, numa espécie de *uber* privativo pós-catastrófico. A partir do 11 de setembro, Bush filho retomou um plano

que era utilizado apenas durante a guerra fria de “continuidade do governo”, enviando para redutos altamente fortificados contra ataques nucleares uma série de equipamentos estratégicos, computadores, funcionários selecionados, etc., prevendo treinamentos constantes mantidos pela *Federal Emergency Management Agency*. Depois de alguns anos muitos destes equipamentos estavam ultrapassados, o que inclusive aumentou a especulação imobiliária de bilionários em busca de um bunker anticatástrofe, mantidos por empresas que assessoraram o governo norte-americano. (OSNOS, 2017).

Por que a insurreição é perigosa? Porque hoje a maioria dos humanos está nesta relação de exclusão/inclusão. Os megas-ricos já se preparam para as insurreições contra prováveis e multitudinárias revoltas zumbi. Governamentalidade é um dos nomes desta lógica contínua de prevenção.

Seguindo os rastros do Tiqqun, a cibernética pode ser definida como um espectro amplo de dispositivos, entrelaçados em uma rede de saberes e poderes, confundidos com o próprio projeto capitalista enquanto projeto político e antropotécnico, uma máquina reticular e rizomática de contrainsurreição. A hipótese cibernética concebe seu entorno como integralmente programado e reprogramável, apresentando cada comportamento como pilotado em última instância pela necessidade de sobrevivência de um dado sistema, contra a entropia (cf. TIQQUN, 2012), basta assinalar a *Ursprung* da internet, pensada militarmente como um dispositivo que preservaria estruturas de comando mesmo na contingência de

um ataque nuclear. Trata-se de pensar a ordem mesmo em situações de desordem e desagregação.

À promessa futurista e distópica de um mundo de homens e objetos conectados integralmente - quando não apenas computadores e smartphones, mas a totalidade dos dispositivos tecnológicos estiverem diretamente ligados entre si e à internet (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 136) -, subjaz, na argumentação contra-cibernética do Comitê Invisível, o mais polivalente de todos os sensores: o solipsismo rizomático do “eu-próprio”. Quem partilha sua geolocalização e seus estados mais íntimos, quem aperfeiçoa o algoritmo de modo contínuo, sem trégua, são os próprios “usuários”. Os centros de retroalimentação da cibernética são disseminados rizomaticamente e se encravam no jogo entre submissões maquínicas (não poder comer ou entrar em certos lugares sem um cadastramento biométrico ou cartão de crédito) e relação consigo mesmo. Os velhos processos de subjetivação, mantra das filosofias de Foucault e Agamben, passam a ser epifenômenos no contexto cibernético.

Levantes lumpen

Lançada a hipótese da guerra civil e da contrainsurreição como regras de governo, é pertinente a provocação de que hoje, mais do *vidas nuas* ou *homini sacri*, todos somos combatentes, quer saibamos ou não, quer desejemos ou não.

Para além das hipóteses agambenianas acerca dos processos de

dessubjetivação ou das identidades sem pessoas, ou da leitura de Chul-Han acerca do capitalismo neuronal de sociedades do cansaço, ambas retiradas de análises da pequena burguesia mundial, é pertinente a questão de que um governo cibernético, ao lado da produção de usuários rastreados ou rastreáveis, ou mesmo de Blooms, produz de forma inaudita um novo lumpen com potencialidades insurgentes: e não se trata apenas dos novos trabalhadores precarizado de sistemas fragmentados de informação, o programador, o webdesigner, etc, mas a grande maioria que simplesmente não consegue ser absorvida como força dócil de trabalho aos novos agenciamentos maquínicos do capitalismo financeiro digitalizado, em um processo inexorável de aprofundamento do abismo que separada o 1% dos mais ricos da população mundial dos demais. Se o empresário de si neoliberal introjetava a disciplina e o governo, prescindindo de uma empresa física, que passa a ser indiferenciada sua vida, com processos ininterruptos de autogestão (o modelo dos acadêmicos e seus currículos), o novo lumpen, mesmo subjetivado como um empresário de si, é lançado ao paradoxo de não ter um local nos processos produtivos ou de se deparar como uma configuração da produção cuja violência não se apresenta de forma apenas simbólica. São os desempregados de funções que já não existem ou estão prestes a desaparecer, ou subempregados que já não se colocam no conceito marxista de exército industrial de reserva, são os “terceirizados”, os moradores de rua, sem teto, indígenas desalojados ou camponeses desapossados de suas terras mas também, para não cair num discurso cripto-rousseauiano de um Viveiros de Castro, as pessoas encarregadas

pelo trabalho de lida direta com as coisas brutas, materiais, imprescindível ao fluxo “desterritorializados” da cibernética: caminhoneiros, ferroviários e metroviários, pilotos, operários da construção civil, faxineiros, etc. Muitas destas funções estão submetidos a uma lógica contínua de tática de guerra, como a operada para a construção de grandes hidroelétricas no Brasil - como Itaipu, Jirau, Belo Monte, ou simplesmente para manter qualquer forma de negócio em qualquer metrópole mundial.

A mobilização total da cibernética eclipsa ficcionalmente e governa a insustentável distribuição de riquezas e a destruição de mundos no planeta. A governamentalidade cibernética se torna uma mitológica gestão contrainsurrecional de possíveis.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *L'uso dei corpi*. Vicenza: Neri Pozza, 2014.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*. São Paulo: N-1, 2016.

COSTA, Antonio Luiz M. C. A desigualdade social chega a níveis alarmantes. In: *Revista Carta Capital*, janeiro de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. (1978 - 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes, 2015.

OSNOS, Evan. *É o fim do mundo*. In: *Revista Piauí*, abril de 2017.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

TIQQUN. *La hipótesis cibernética*. Madri: Acuarela, 2012.

SCHEFER, Olivier. *Variations nocturnes*. Paris: Vrin, 2008.